



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI Nº 002/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE CAB. GRANDE-MG	
PROTOCOLADO NO LIVRO PRÓPRIO ÀS	
FOLHAS <u>178</u>	SOB O Nº <u>6287</u>
ÀS <u>13:57</u> HORAS.	
CAB. GRANDE-MG <u>15/02</u>	/20 <u>16</u>
<u>Alcides</u>	

Câmara M. de Cab. Grande-MG
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES
☒ Recebido. ☒ Numere-se. ☒ Publique-se.
☒ Distribua-se às Comissões Competentes.
Cab. Grande - MG, 15/02/16
[Assinatura]
PRESIDENTE

Altera a Lei nº 483, de 11 de fevereiro de 2016, que "Revisa os subsídios dos agentes políticos do Município de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 76, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Cabeceira Grande decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 483, de 11 de fevereiro de 2016, para a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º-A Em decorrência da crise financeira/retração na atividade econômica, excepcionalmente, os efeitos financeiros decorrentes da revisão de que trata esta Lei, relativamente aos agentes políticos do Poder Executivo serão absorvidos, gradualmente, observado o seguinte cronograma:

I – aplicação da metade do percentual da revisão:

a) em março de 2016, para os agentes políticos com subsídio entre R\$ 3.001,00 (três mil e um reais) até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); e

b) em abril de 2016, para os agentes políticos com subsídio acima de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

II – aplicação da outra metade do percentual da revisão:

a) em julho de 2016, para os agentes políticos com subsídio entre R\$ 3.001,00 (três mil e um reais) até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); e

b) em agosto de 2016, para os agentes políticos com subsídio acima de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS

02.
Pelo
CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE

§ 1º Não serão devidos valores retroativos oriundos do parcelamento da revisão na forma deste artigo em decorrência da compensação derivada da sobreposição de reajuste (metade do percentual sobre metade do percentual).

§ 2º O cronograma estabelecido neste artigo poderá ser revisto, mediante lei, ante a ocorrência de piora ou melhora na atividade econômica que possa resultar, respectivamente, em queda ou incremento da receita do Município.”
(AC)

.....
“Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016, observado, quanto aos agentes políticos do Poder Executivo, o disposto no artigo 2º-A.” (NR).

.....
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabeceira Grande, 15 de fevereiro de 2016; 20º da Instalação do Município.


VEREADOR EDILSON MARIANO
Presidente


VEREADOR ELIEZER CRUZ
Vice-Presidente


VEREADOR JULBERTINA ORNELAS
1ª Secretária


VEREADOR VALÉRIO CIPÓ
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



JUSTIFICATIVA

Ao encaminhar a esta Casa a Lei Municipal nº 483, de 2016, o Chefe do Poder Executivo, por meio do Ofício nº 2/Conjur, requereu sua modificação, para o fim de adequá-la ao cronograma de revisão estabelecido na Lei nº 481/2016, de modo a garantir isonomia de tratamento no âmbito do Poder Executivo.


Entendendo que os critérios de revisão na esfera do Poder Executivo devem ser, de fato, uniformes, sem que os agentes políticos tenham qualquer privilégio em relação aos demais servidores públicos, propomos a alteração da referida norma, esperando sua aprovação por parte dos membros da Casa.

Cabeceira Grande, 15 de fevereiro de 2016; 20º da Instalação do Município.


VEREADOR EDÍLSON MARIANO
Presidente


VEREADOR ELIEZER CRUZ
Vice-Presidente


VEREADORA JULBERTINA ORNELAS
1ª Secretária


VEREADOR VALÉRIO CIPÓ
2º Secretário

Ofício n.º 2/Conjur

Cabeceira Grande, 11 de fevereiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAB. GRANDE-MG
PROTOCOLADO NO LIVRO PRÓPRIO ÀS
FOLHAS <u>54</u> SOB O N.º <u>2653</u>
ÀS <u>13:32</u> HORAS.
CAB. GRANDE-MG <u>21 02 2016</u>
<u>Heanes</u>

Senhor Presidente,

1. A par de cumprimentá-lo cordialmente, de ordem do Senhor Prefeito Odilon de Oliveira e Silva, encaminhamos exemplar, de forma impressa e em meio eletrônico, da Lei n.º 483, de 11 de fevereiro de 2016.
2. Na oportunidade, reiteramos os termos do acordo republicano firmado com Vossa Excelência no sentido de que a Mesa Diretora apresente projeto de lei alterando a Lei n.º 483, de 11 de fevereiro de 2016, de modo a ajustar o texto da revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais ao texto da revisão geral da remunerações dos servidores do Poder Executivo de que trata a Lei Municipal n.º 481, de 16 de dezembro de 2015, notadamente ao parcelamento/fracionamento do percentual da revisão, disposto no artigo 6º.
3. No ensejo, renovamos votos de estima e respeito.

Respeitosamente,


DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais

A Sua Excelência o Senhor
VEREADOR EDILSON MARIANO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande
Cabeceira Grande (MG)



PREFEITURA DE
**CABECEIRA
GRANDE**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI N.º 483, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE - MG

Publicado no Quadro de Publicações da Prefeitura e/ou na Rede Mundial de Computadores (Internet), na forma da Lei Orgânica Municipal e da legislação vigente.

Em

11/02/2016.
Odilon de Oliveira e Silva
SERVIDOR RESPONSÁVEL

Revisa os subsídios dos agentes políticos do Município de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 76, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Cabeceira Grande decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revisados, a partir de 1º de janeiro de 2016, os subsídios dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores) do Município de Cabeceira Grande-MG.

Art. 2º A revisão de que trata o artigo 1º desta lei corresponde ao somatório acumulado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativo ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015.

Parágrafo único. O percentual correspondente à revisão de que trata esta lei será totalizado e devidamente estabelecido mediante portaria expedida pelo Presidente da Câmara Municipal, tão logo seja divulgado, oficialmente, pelo IBGE, o índice do IPCA relativo ao mês de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2016.

Cabeceira Grande, 11 de fevereiro de 2016; 20º da Instalação do Município.

ODILON DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito

Praça São José s/n.º, Centro, em Cabeceira Grande (MG) – CEP.: 38625-000

PABX: (38) 3677 – 8040 / 3677 – 8044 / 3677 – 8077

site: www.pmcg.mg.gov.br e-mail: gabin@pmcg.mg.gov.br



PREFEITURA DE
**CABECEIRA
GRANDE**

ESTADO DE MINAS GERAIS



(Fls. 2 da Lei n.º 483, de 11/2/2016)

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES

Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais.

Praça São José s/n.º, Centro, em Cabeceira Grande (MG) – CEP.: 38625-000

PABX: (38) 3677 – 8040 / 3677 – 8044 / 3677 – 8077

site: www.pmcg.mg.gov.br e-mail: gabin@pmcg.mg.gov.br